

# O Jornalismo Investigativo em dois momentos históricos: “*Slavery in British Dominion*” e “*Panama Papers*”

## The Investigative Journalism in two historical moments: “*Slavery in British Dominion*” and “*Panama Papers*”

Gabriel Gusmão NEVES <sup>1</sup>  
Alciane Nolibos BACCIN <sup>2</sup>  
Victor Eduardo Ribeiro DE OLIVEIRA <sup>3</sup>

**Resumo:** A proposta do presente artigo é a de analisar e identificar quais mudanças na produção jornalística, configuradas pela adesão de tecnologias, podem ser identificadas entre as séries de reportagens *Slavery in British Dominion*, veiculada em 1887 pelo ativista indiano Dwarkanath Ganguli; e *Panama Papers*, que, liderado pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, iniciou o maior vazamento de arquivos vinculados a casos criminais a partir de 2016. Além disso, mapear quais ferramentas, através do avanço tecnológico durante o progresso histórico, foram agregadas ao Jornalismo Investigativo, e criticar sua eficiência durante a produção jornalística, considerando os fatores negativos e positivos agregados às novas técnicas de trabalho investigativo.

**Palavras-Chave:** Jornalismo Investigativo. *Panama Papers*. *Slavery in British Dominion*.

**Abstract:** The purpose of the present article is to analyze and identify which changes on the methodology of journalistic production, configured by the addiction of technologies, can be identified between the series of reporting *Slavery in British Dominion*, published in 1887 by the indian activist Dwarkanath Ganguli; and *Panama Papers* that, led by the International Consortium of Investigative Journalists, started exposing archives linked to criminal cases since 2016. Besides, to identify which resources, available by the technological development during historical progression, have been aggregated to Investigative Journalism, and criticize its efficiency during the journalistic production, considering the negative and positive factors added to the investigative work.

---

1  
2  
3

Gabriel Gusmão NEVES: Discente do 5º semestre da Graduação em Jornalismo pela Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

2 Alciane Nolibos BACCIN: Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Indústria Criativa (PPGIC) e do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Doutora em Comunicação e Informação (UFRGS) e em Ciências da Comunicação (UBI/Portugal).

3 Victor Eduardo Ribeiro DE OLIVEIRA: Discente do 5º semestre da Graduação em Jornalismo pela Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

**Keywords:** Investigative Journalism. Panama Papers. Slavery in British Dominion.

.....

## 1 Introdução

As práticas jornalísticas de pautar, apurar, produzir, editar e divulgar informações de interesse público têm sido cada vez mais atravessadas pela tecnologia. Embora as diferentes ações envolvidas em seu processo de produção continuem sendo pilares de sua existência, novas técnicas, criadas ao longo dos anos, têm seu uso implementado em diversas atividades profissionais. Mesmo que tecnologias antigas, como o telégrafo e a prensa, tornaram-se obsoletas para o Jornalismo, as práticas convencionais, como a presença do repórter nos locais dos acontecimentos ou entrevistas pessoais, se mantêm firmes nas produções jornalísticas desde sua gênese.

Este artigo compara a produção de duas séries de grandes reportagens produzidas em momentos diferentes: uma do século dezenove, chamada “*Slavery in British Dominion*”, em que Dwarkanath Ganguli, ativista em prol dos direitos das mulheres, expôs o abuso pelo Império Britânico sobre os trabalhadores das plantações de chá de Assam, Índia, sujeitos a péssimas condições de trabalho e contratos enganosos; e outra série de reportagens, intitulada *Panama Papers*, publicada, a partir de 2016, por uma grande colaboração internacional entre repórteres experientes de diferentes veículos renomados envolvendo a ICIJ (*International Council of Investigative Journalists*) e tendo como ponto principal o vazamento de grandes volumes de dados em arquivos e documentos do escritório de advocacia panamenho Mossack Fonseca.

Embora haja uma grande divisão temporal entre os objetos de análise, é importante enfatizar o enfoque da pesquisa na diferença da metodologia de produção jornalística e no uso de tecnologias, e não no longo processo histórico de criação dessas ferramentas tecnológicas. Ou seja, a problemática debatida é delimitada entre como o Jornalismo Investigativo era configurado pelas tecnologias agregadas a ele há 133 anos e quais são os marcos contemporâneos desse campo. Em suma, limitando-se ao título do artigo, a ideia é

estudar a área jornalística em dois períodos históricos, mas não os lentos e graduais processos de mudança que levaram de um a outro.

A seleção dessas séries de reportagens se baseia em grandes feitos nos seus respectivos períodos históricos. No que tange ao tamanho de suas produções, a publicação de *Slavery in British Dominion*, no jornal indiano anticolonialista *Sanjivani*, feita por um único jornalista, fomentou o movimento separatista da Índia para com o Império Britânico, e evidencia a eficiência de um trabalho individual, ainda no século XIX, caracterizado pela falta de dados e técnicas baseadas em ferramentas tecnológicas. Enquanto que no projeto *Panama Papers*, já em 2016, são agregados, em seu processo de produção, recursos hoje disponíveis, como a internet e computador, que permitiram um grande conglomerado de jornalistas em torno de um trabalho conjunto que resultou no vazamento e divulgação de 260 terabytes de arquivos.

O enfoque em matérias de cunho investigativo se baseia, como conceituado posteriormente, pela qualidade da apuração feita para checar a informação provinda de fontes oficiais, que implica na necessidade do uso das ferramentas tecnológicas mais potentes disponíveis, pois a essência do “jornalismo investigativo é aprofundar as informações para o leitor, explicando-as na sua complexidade, sem tentar neutralizar seu impacto perante a sociedade” (SEQUEIRA, 2004, p. 2).

A pesquisa, a priori, é exploratória no que tange a vincular duas séries de reportagens tão distintas em seu *ethos*, algo que implica num empirismo prévio à compreensão de sua ligação, enquanto que assume caráter descritivo ao conceituar e introduzir o campo do Jornalismo Investigativo, já pesquisado em grande escala, mas sob uma visão diferente e adaptada às necessidades da pesquisa. Ambos caracteres metodológicos são sustentados pela pesquisa bibliográfica através de fechamentos teóricos realizados previamente ao trabalho, a partir de estudos de artigos, revistas científicas e livros.

A comparação entre as diferentes metodologias de produção jornalística propicia relevância da pesquisa ao meio científico na medida em que ela cria uma epistemologia acerca de como diferentes tecnologias, métodos e leis configuram a atuação do Jornalismo Investigativo em dois períodos históricos distintos. Nesse sentido, a comparação tem teor

crítico-analítico pela sua função de registrar esse aparato metodológico inserido nas práticas jornalísticas, evidenciando intempéries inerentes às épocas dos objetos de análise.

## 2 O Jornalismo Investigativo

Desde funções básicas, como informar acontecimentos diários, de núcleo regional, o Jornalismo é, também, uma ferramenta denunciativa de âmbito global, que serve para confrontar poderes a partir de interesses conjuntos e individuais. Segundo Luciana Kramer (2015), a função do profissional no campo do Jornalismo é a de trazer informações de valor para a sociedade na qual está inserido. Sendo assim, o jornalista deve apurar os fatos e trazê-los ao público de forma objetiva através dos meios de comunicação.

Por meio da veiculação de diferentes temas de pautas configuram-se as vertentes do jornalismo. Na medida em que um repórter veicula temáticas de esporte, saúde, educação, entre outras, ele define também o gênero de sua produção. No caso deste artigo, o gênero é o Jornalismo Investigativo. Popularmente conhecido como “*muckraking*” em países de língua inglesa, traduzido como “juntar sujeira”, seu enfoque pode ser desde casos policiais até exposições de corrupção governamental. Sendo assim, o método de investigação somado aos inúmeros casos viáveis de abordagem, que configura esse gênero jornalístico, acaba fazendo-o ser confundido com jornalismo social ou policial. Seane de Melo (2016) destaca que a reunião de discursos e práticas distintos sob o “guarda-chuva” que parece ser a expressão “jornalismo investigativo” cria grandes dificuldades para a compreensão de sua ocorrência em nosso país.

Cabível de veicular diferentes temáticas em suas pautas, as reportagens no Jornalismo Investigativo têm como maior semelhança a qualidade de apuração, geralmente conduzida pelos próprios repórteres, quando estes não se contentam com os documentos oficiais, pois “o jornalismo investigativo só ocorre de fato quando quem faz o trabalho de investigação é o próprio repórter” (NASCIMENTO, 2010 apud KRAMER; BOGONI, 2015, p. 3). Nesse caso, o veículo de comunicação incita os órgãos públicos a revisarem suas próprias informações, que, segundo a legislação atual de muitos países, deve ser disposta ao público, como forma de manter transparente as ações governamentais.

No Brasil, a LAI (Lei de Acesso à Informação, que dispõe os dados no site <http://www.portaltransparencia.gov.br/> ) foi sancionada em 2012 e é a principal medida que confere à população brasileira “transparência ativa, na qual [haja] a divulgação de dados que possam interessar a população, por parte de órgãos públicos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário” (DIAS; GEHRKE, 2017). A LAI tem como sua essência visibilizar um direito que já é previsto à população brasileira desde a Constituição de 1988, a qual afirma em seu artigo 5º, inciso XXXIII, que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral” (BRASIL, 1988, s.p.).

É através da disponibilização de ações estatais à sociedade que o jornalista faz a checagem dos fatos que, mesmo vindo de fontes oficiais, estão sujeitos à manipulação. Bogoni e Krameer (2015, p. 2) reafirmam esta função do Jornalismo Investigativo, a qual, “com frequência, aponta falhas e irregularidades de instituições públicas e, assim, descobre fatos que indivíduos prefeririam manter escondidos. Certamente, é o tipo de jornalismo que não se acomoda com as informações dadas pelas fontes oficiais.”

Mesmo assim, a evolução tecnológica, somada à necessidade e ao consumo crescentes da informação, influenciam na implementação de novas técnicas na produção jornalística. Atualmente, os bancos de dados como fontes de informação provindas de órgãos oficiais, além da produção da notícia na íntegra pelo computador (Reportagem Assistida por Computador) têm sido parte integral do Jornalismo. Dias e Gehrke (2017, p. 4) afirmam que vieram com “o surgimento da internet, mais acessível a partir da metade dos anos de 1990 [...] a maior facilidade de obtenção de registros de gastos do governo, listas com financiadores de campanhas, informações sobre patrimônio público e outros.”

Porém, com a implementação do segmento de técnicas provenientes de ferramentas digitais, a confusão entre gêneros jornalísticos se faz presente, como afirma Santos Júnior e Araújo (2016, p 4) dizendo que “o jornalismo de dados, em sua forma mais eficaz, vem de encontro ao jornalismo investigativo.” O que marcaria a diferença, então, seriam as “estratégias utilizadas pelo profissional [do campo do Jornalismo Investigativo], pelas técnicas de apuração e pelo seu estilo de trabalho como um todo.” (SEQUEIRA apud SANTOS JUNIOR; ARAÚJO, 2016, p. 4).

### 3 Série de reportagens “*Slavery in British Dominion*”

O autor da reportagem é Dwarkanath Ganguli (1844-1898), reformista social conhecido pelo seu ativismo em prol dos direitos das mulheres. Nascido em Calcutta, Índia, seus trabalhos tiveram frutos na publicação de uma revista sobre direito feminino aos dezessete anos, além de, posteriormente, ter se tornado diretor da primeira escola feminina indiana e casado com Kadambini Basu, médica pioneira (SCHIFFRIN, 2014, p. 29).

Ganguli se interessou pelas plantações de chá de Assam ao ouvir rumores sobre as condições de trabalho promovidas no local. Era de conhecimento público que, desde 1830, o Império Britânico vinha “recrutando uma barata, deslocada força de trabalho para produzir commodities lucrativas como chá, café, açúcar e borracha nas plantações da Índia e pelos mares” (SCHIFFRIN, 2014, p. 28). Movido pelo interesse em descobrir a verdade sobre a história, Ganguli transportou-se até o local de apuração através de um trem, um barco a vapor, e uma longa caminhada. Schiffrin (p. 29) explica que todo o longo percurso “foi feito em discrição, já que ele corria risco considerável caso sua missão fosse pública prematuramente”. Segundo ela, “administradores britânicos mantinham dominância absoluta, e fortemente desencorajavam visitantes que poderiam descobrir as condições inumanas que os trabalhadores contratados, recrutadas de comunidades nativas da Índia Central, viviam”.

No contexto histórico, havia um reforço ao domínio britânico na região, pois “grande parte da elite de Assam no fim do século dezenove ainda defendia a indústria de chá, e por extensão os plantadores. Eles afirmavam que o chá melhorava as vidas dos camponeses indianos e regenerava a economia de Assam.” (SHARMA, 2011, p. 165). Segundo Schiffrin (p. 28), de 1832 até 1920, o Império Britânico empregou mais de dois milhões de indianos, chineses e asiáticos da região sudoeste em plantações similares às de Assam, como Natal, Ceylon, Malásia, Surinam, entre outras. Era através de cláusulas escondidas nos contratos empregatícios que os donos das lavouras mantinham controle sobre os trabalhadores. “Uma vez nas plantações, a providência penal imposta pelo Estado definia que trabalhadores não poderiam sair até que seus contratos expirassem com ameaça de aprisionamento, não importasse o quanto as condições divergissem daquilo prometido pelos empregadores.” (SCHIFFRIN, 2014, p. 29).

Na série de reportagens *Slavery in British Dominion*, iniciada em 1887 e veiculada, principalmente, no jornal indiano nacionalista anti-colonialista *Sanjivani*, além do *Bengalee*, Ganguli expôs a fraude à qual eram submetidos os empregados das plantações de chá. Segundo ele, os trabalhadores teriam assinado contratos enganadores, com cláusulas extras que os submetiam que o aceitavam às péssimas condições trabalhistas, como extensas jornadas de trabalho, pagamento muito inferior àquele que havia sido prometido, perda da liberdade de ir e vir, além de usufruir de péssimas acomodações com falta de saneamento básico. O trabalho teve tanto repercussão internacional, no que tange ao financiamento de jornais por parte de grupos ativistas; como nacional, visto em atos britânicos de repressão aos indianos, que fomentaram movimentos, já existentes, contra a hegemonia britânica. "A presença de movimentos sociais maiores [...] pode melhorar a possibilidade de campanhas jornalísticas serem bem-sucedidas" (SHARMA, 2011 apud SCHIFFRIN, 2014, p. 11).

Sendo assim, a ação de Ganguli, ao contrariar os interesses da propaganda hegemônica, é uma prova da capacidade dos jornalistas de tornar pública a corrupção à qual é suscetível o poder vigente. "*Slavery in british dominion*" tornou-se fonte de inspiração ao Jornalismo Investigativo mundial, sendo um caso pioneiro comprovador da força midiática.

#### **4 De trabalhos colaborativos até "*Panama Papers*"**

A série de reportagens intitulada como *Panama Papers* representa um dos marcos históricos para o jornalismo, sobretudo no campo investigativo. Liderados pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ, na sigla em inglês), o projeto teve grande impacto não somente pela repercussão mundial acerca do vazamento de grandes quantidades de arquivos e documentos do escritório de advocacia panamenho Mossack Fonseca, mas por ser reconhecido como um dos maiores trabalhos colaborativos envolvendo cerca de 376 jornalistas, de 109 meios de comunicação, em 76 países. "Os laços de solidariedade profissional que se formaram tornaram possível a realização dos *Panama Papers*" (HOUSTON, 2016, p. 3). Até chegar nesse grande projeto, o trabalho colaborativo entre jornalistas, principalmente tendo como base o uso de computadores, passou por pequenos processos (ou eventos) que foram possibilitando a eficiência da troca de informações.

Uma das primeiras vezes, senão a primeira, que o uso das técnicas de análise de dados foi adotado ao jornalismo, aconteceu por volta das décadas de 70 e 80, durante o *Arizona Project*. Antes desse projeto ser desenvolvido, houve a criação da ONG *Investigative Reporters & Editors* (IRE), que deu abertura aos intercâmbios profissionais (talvez o embrião do que viria a se tornar trabalho colaborativo) e reuniu integrantes de várias regiões e seus respectivos meios de comunicação. Esse movimento, como explica Charles Lewis (2013, p.5 apud MIRANDA, 2016, p.37), fundador da ICIJ, tinha como objetivo inicial “trocar dicas de reportagem e textos”.

Cerca de 300 jornalistas, além dos que já faziam parte, se reuniram ao projeto da IRE após um atentado com bomba ter matado Don Bolles (1928-1976), um jornalista convidado para palestrar no evento que havia seguido pistas falsas sobre um caso de máfia em que estava trabalhando. Ainda segundo Lewis (2013 apud MIRANDA, 2016), o assassinato de jornalistas nos Estados Unidos, mortos por decorrência de suas reportagens, era algo relativamente raro na época. Esse incidente, embora triste e inconveniente, estimulou os integrantes da IRE a investigarem esses ataques contra a prática do Jornalismo Investigativo. Inicialmente o projeto foi nomeado como *Phoenix Project*, referenciando o lugar em que Bolles havia sido morto, mas depois foi chamado de *Arizona Project*.

O grupo foi liderado pelo repórter Robert W. Bob Greene, do *Newsday*, e no decorrer de cinco meses de investigação, os assassinos do Bolles foram identificados. Houve uma série de 23 reportagens publicadas em vários veículos, além da produção de 40 mil memorandos internos, que na sequência foram arquivados. A partir daí, o jornalismo colaborativo, sobretudo com o auxílio de bancos de dados e o uso de técnicas de reportagem com auxílio de computadores, ganhou mais espaço ao longo da década de 80.

O percurso traçado até chegar aos *Panama Papers* foi pegando forma a partir da realização de trabalhos colaborativos, como o *Offshore Leaks*, em 2013. Cerca de 2,5 milhões de arquivos foram vazados por uma fonte de Gerard Ryle, diretor da ICIJ, e que estavam relacionados a dez paraísos fiscais, totalizando cerca de 260 gigabytes de informação. Isso aconteceu no período em que um modelo de trabalho colaborativo poderia ganhar espaço, sobretudo após a possibilidade de investigações em escala global. Levando em consideração que o trabalho colaborativo não aconteça de forma totalmente espontânea, a ICIJ foi um

núcleo central de organização e realização. O consórcio contou com o auxílio de tecnologia digital e formas seguras de comunicação para que essa atmosfera de trabalho fosse construída. Antes disso, houve um projeto de Reportagens sobre Crime Organizado e Corrupção (OCCRP no inglês), por volta de 2006, formado por centros de jornalismo investigativo pelo Leste Europeu e Ásia Central. Esse projeto foi um dos colaboradores dos *Panama Papers* e promoveu um aprimoramento de ferramentas que facilitam seu trabalho.

A principal ferramenta é o painel Investigative Dashboard, que se tornou uma das bases para trabalhos investigativos sobre crime organizado e corrupção. Neste painel há 400 (ou mais) bancos de dados online com cerca de 4 milhões de documentos de vários continentes e regiões. Nesse sistema, os repórteres podem criar uma notificação sobre temas específicos para atualização de novos dados. E para conseguir utilizar a ferramenta dentro de um maior alcance, a OCCRP comprou licença em alguns bancos de dados comerciais. Esse momento representou um novo espaço para o trabalho colaborativo.

Por volta de 2014 houve um incidente que levou à criação de outro projeto, conhecido como *The Khadija Project*. Após a jornalista Khadija Ismayilova, também integrante da ICIJ, ser condenada a 7 anos e meio de prisão por publicar uma série de reportagens sobre corrupção e negócios envolvendo a família do presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, um grupo de jornalistas se revoltou com o episódio e se reuniu em torno do projeto em reação ao abuso de poder. O projeto foi coordenado também pela OCCRP e deu continuidade às denúncias, dando espaço, mais uma vez, a outro trabalho colaborativo que expôs o labirinto de irregularidades do governo de Aliyev em uma ferramenta digital conhecida como “Rastreamento dos Bilhões Roubados no Azerbaijão”. Depois desse episódio de denúncias, Khadija foi solta pela Corte Suprema do país após ficar presa por quase 2 anos. Segundo Sheila Coronel (2016, p.3 apud MIRANDA, 2017, p.50), se baseando no indício da influência de práticas jornalísticas no limite dos países, “um mundo sem fronteiras precisa de repórteres que possam ultrapassar esses limites nacionais”.

#### **4.1 A dimensão do projeto**

O processo inicial do *Panama Paper*, além dos trabalhos colaborativos já mencionados, veio a partir de uma mensagem para o jornal *Suddeutsche Zeitung*, na

Alemanha, de um perfil anônimo, que, por meio de chats criptografados, demonstrava interesse em liberar informações sigilosas a partir de um grande volume de dados diretamente do escritório de advocacia “Mossack Fonseca”. Depois de aceitar a proposta do informante e sua sugestão sobre uma rede de colaboração internacional, o jornal recebeu a primeira remessa de arquivos. Após perceber a importância dos arquivos, recorreu a uma parceria com o ICIJ. Porém, antes dessa decisão ser tomada, a ideia inicial foi de realizar uma colaboração com grupos mais próximos. Enquanto os repórteres do *Suddeutsche Zeitung* se responsabilizaram por reportagens dentro do próprio jornal, incluindo alguns jornais parceiros, a quantidade de arquivos e nomes citados, além de países, crescia consideravelmente.

A equipe, por ser pequena, não daria conta de processar e analisar tantas informações de maneira eficiente. A decisão do jornal alemão enfim envolveu a ICIJ, que, por meio de discussões, chegou à conclusão do compartilhamento gradativo dos arquivos. A necessidade dessa colaboração levou a equipe do jornal alemão a entrar em contato com Gerard Ryle, diretor da ICIJ. Depois de explicar toda a questão que estava sendo envolvida nessas informações, o vazamento estava para se tornar o novo projeto do consórcio. Embora a quantidade dos dados estivesse somando 50 gigabytes naquele momento, a equipe do jornal alemão continuava recebendo mais e mais arquivos.

A primeira grande dificuldade, na época, foi saber administrar o controle sobre os conteúdos analisados para que não houvesse alguma divulgação que prejudicasse as investigações. Entre uma e várias tomadas de decisões, as ações em grupo estavam sendo montadas em virtude da quantidade de arquivos sendo armazenados. Enquanto os dados somavam 261 gigabytes, já superando o caso dos *Offshore Leaks*, em 2013, a ICIJ reuniu especialistas em dados e programadores para poder atuar em uma atmosfera coletiva montada em função das contribuições.

A capacidade técnica da ICIJ precisava ser superior em relação aos projetos anteriores. Houve uma evolução rápida nos recursos para trabalhar todos esses dados e a ICIJ editava e confirmava toda a apuração dos materiais produzidos. Segundo Coronel (apud MIRANDA, 2016, p. 35), o projeto demonstrou o poder que o trabalho conjunto entre repórteres tem “para produzir um jornalismo que é maior que a soma de esforços individuais”

de cada profissional. Para dar suporte a esse projeto, a ICIJ reuniu uma equipe de 12 pessoas trabalhando na sede, em Washington, na América Latina e na África.

Esse grupo possuía especialistas em reportagens com auxílio de computador eficientes em coletar dados públicos e profissionais dedicados a tratar os volumes crescentes de dados, e executava a criação de ferramentas para que os demais jornalistas envolvidos em cada projeto tivessem facilidade na busca pelas informações. Uma das ferramentas utilizadas foi o Nuix, uma plataforma de software capaz de indexar arquivos e extrair dados não estruturados.

Quando os arquivos somaram 600 gigabytes, e ainda sob administração da ICIJ, reuniões foram organizadas já envolvendo outros grupos, como jornais suíços, italianos e argentinos. Para estabelecer um contato mais direto entre os jornalistas e esses conteúdos, especialmente de forma segura, houve a criação de um fórum multi criptografado batizado como iHub. Entre reuniões e o desenvolvimento de todo o material, o volume de informações enfim somava 2,6 terabytes quando, a partir de 3 de abril de 2016, os primeiros materiais começaram a ser publicados na internet. Representando, até então, o maior projeto de vazamento de informações e trabalho colaborativo de investigação jornalística.

## **5 Comparação crítico-analítica entre os métodos de produção utilizados nas séries de reportagens**

No início do século vinte, época na qual se situou *Slavery in British Dominion*, mais especificamente no ano de 1887, o Jornalismo se configurou como um dos principais meios de informação graças às inovações técnicas do período. Naquela época, as notícias eram transmitidas nas comunidades, através de relatos pessoais, devido à ausência de meios qualificados de checagem das informações divulgadas. Através de inovações tecnológicas, os jornais se consolidaram como meios de comunicação hegemônicos. Schiffrin (2014, p.2) explica que, no período, as “audiências [do Jornalismo ainda] estavam crescendo graças parcialmente à ferrovia e ao telégrafo, que tornavam mais fácil reunir e distribuir notícias”.

Enquanto no Séc. XIX o trabalho dependia do transporte da informação através de ferramentas como o telégrafo, a ferrovia e o navio a vapor, hoje há a possibilidade de

administrar uma coletânea de veículos de comunicação operando em conjunto, como para a realização do projeto *Panama Papers*, através de sistemas avançados de telecomunicação. Segundo Coronel (2016, p.3 apud MIRANDA, 2017, p.50), tendo como referência o sucesso dessa colaboração no Jornalismo, “um mundo sem fronteiras precisa de repórteres que possam ultrapassar [...] limites nacionais”. Sendo assim, é possível eliminar as intempéries causadas pelo tempo e espaço.

Diante disso, realizar ações em conjunto é mais eficiente na medida em que a colaboração remota seja coordenada por meio de ferramentas digitais, como destaca Castells ao relatar possibilidades, através da tecnologia contemporânea, de trabalhar em conjunto.

A economia global/informacional é organizada em torno de centros de controle e comando capazes de coordenar, inovar e gerenciar as atividades interligadas das redes de empresas. [...] Portanto, os sistemas avançados de telecomunicações poderiam possibilitar [a comunicação em] localização dispersa pelo globo. (CASTELLS, 1999, p. 469)

Sendo assim, a colaboração entre jornalistas, fator essencial para a organização dos *Panama Papers*, que reuniu 378 jornalistas de 107 meios de comunicação, em 77 países, não esteve presente em *Slavery in British Dominion*, feito apenas por Dwarkanath Ganguli devido à ausência de redes de comunicação digital naquele período histórico.

As redes de colaboração criadas para produzir os *Panama Papers* evidenciam um método de trabalho adaptado ao uso das tecnologias de comunicação atuais. Ao investigar a numerosa quantidade de dados e documentos do projeto, a operação “caracteriza-se pelo uso de métodos de trabalho e de colaboração complexas entre jornalistas e técnicos de informática”. (CHARBONNEAUX; GKOUSKOU-GIANNAKOU, 2015, p. 267)

Outra habilidade importante que a implementação de tecnologias contemporâneas configura ao Jornalismo é a facilidade de acesso à informação em maior escala e de exploração dessas informações via Jornalismo de Dados. Noronha e Meliani (2018, p. 12) explicam que “o meio digital revolucionou o jornalismo, transformando a escassez de dados em excesso, e o trabalho de reportagem de simples coleta em colheita, limpeza e estruturação de dados para análise.” Enquanto em períodos anteriores às tecnologias digitais, as apurações

dependiam do conflito com grandes distâncias e tempos. Os fatores tempo e espaço dificilmente seriam cobertos pela prensa e pela ferrovia. Atualmente, a informação não é dependente do transporte, pois a internet a resguarda disso. Sendo assim, uma quantidade muito maior de informações econômicas, criminais, registros demográficos, entre outros, pode ser tanto colhida como veiculada rapidamente.

Embora, atualmente, a informação tenha mais abertura de acesso, principalmente naquilo que tange ao poder político, a disposição disso só foi possível através das leis de Transparência Pública. Sancionada em 2012 no Brasil, a LAI (Lei de Acesso à Informação) é o que obriga órgãos governamentais a manterem a transparência de suas ações e seus dados colhidos, que ficam dispostos no site Portal da Transparência. Sendo assim, é possível identificar que a fiscalização de mais informações de maneira mais fácil não é possível, na contemporaneidade, somente pela agregação de tecnologias e ferramentas, mas também por uma evolução política. Na época em que “*Slavery in British Dominion*” foi escrita, leis que previssem a corrupção no meio político eram inexistentes e atos exploratórios, como foi o caso das plantações de Assam, expostas por Ganguli, eram comuns e praticamente inquestionáveis.

## 6 Considerações

Ao comparar as estratégias utilizadas em dois grandes projetos jornalísticos, situados em períodos históricos distintos, torna-se evidente que o Jornalismo Investigativo, ao manter seu enfoque na qualidade de apuração e na cobertura de pautas reveladoras de “falhas e irregularidades de instituições públicas” (NASCIMENTO, 2010, apud KRAMER; BOGONI, 2015, p. 2-3), não evolui de forma linear, mas se altera na medida em que os profissionais do campo adequam-se às circunstâncias necessárias para completar suas produções. Logo, os jornalistas se adaptam às metodologias de produção mais eficientes de acordo com o contexto em que trabalham.

Enquanto inseridos numa sociedade em rede com propriedade de “sistemas avançados de telecomunicações”, (CASTELLS, 1999, p. 469) a metodologia mais adaptada à conjuntura tecnológica e produtiva para realizar projetos investigativos é planejá-los para serem feitos em conjunto, geralmente em colaboração remota entre jornalistas. Porém, não é possível

pensar nessa possibilidade em um período que não disponha dessas ferramentas tecnológicas, embora isso não ocorra somente devido à ausência da tecnologia. Ao coletar dados para produzir *Slavery in British Dominion*, Ganguli percorreu um longo trajeto discretamente, no intuito de manter secreta sua investigação (SCHIFFRIN, 2014, p. 29); enquanto que no *Panama Papers* mais de trezentos jornalistas foram coordenados e instruídos a filtrar os dados examinados secretamente até os períodos agendados para a veiculação das matérias produzidas. Em suma, o ideal, no Jornalismo Investigativo da época de *Slavery in British Dominion*, quando o campo ainda estava em formação, era que um único profissional dispusesse das habilidades necessárias para se adaptar ao trabalho individual, a possibilidade de haver uma equipe auxiliando a um único propósito era mínima, pois as matérias veiculadas vinham unilateralmente, sendo produzidas, em sua maioria, por um jornalista.

Mesmo dispondo de tecnologias avançadas, consideradas o atual ápice tecnológico da humanidade, os problemas que jornalistas investigativos enfrentavam há cem anos são os mesmos enfrentados hoje. Nesse sentido, é possível questionar a eficácia em que o Jornalismo Investigativo evoluiu, levando em consideração o fato da história se repetir no ethos do campo no que tange à problemática envolvida na produção jornalística.

Se, mesmo agregando as mais recentes inovações tecnológicas ao Jornalismo Investigativo, os profissionais ainda dependem de práticas antigas e convencionais para trabalhar, como o subterfúgio ao realizar as investigações, então os avançados sistemas de telecomunicação não possibilitam uma mudança, propriamente, nos processos envolvidos na produção, mas possibilitam meios de contornar uma problemática vinculada ao campo: silenciamentos, através de ameaças, mandatos de prisões e assassinatos a jornalistas, pelas instituições investigadas, podem ser combatidos através da administração de trabalhos em conjunto. Mesmo que Don Bolles tenha falecido ao ser vítima de um atentado com bomba em decorrência de pistas falsas seguidas em um caso investigativo acerca de mafiosos, enquanto que Khadija Ismaylova foi condenada a sete anos e meio de prisão como resultado de sua série de reportagens expondo Ilham Aliyev, presidente do Azerbaijão, a presença dos meios contemporâneos de comunicação, embora não sendo capaz de evitar que esses jornalistas investigativos fossem silenciados, possibilitou a retomada de suas investigações por outros jornalistas, mantendo viva a memória de seu trabalho.

Nos casos de silenciamento exemplificados, a continuidade das séries de reportagens foi fruto da colaboração entre outros profissionais do campo. Após o assassinato de Don Bolles, em memória ao local do crime que levou ao seu falecimento, foi criado o *Phoenix Project*, pela *Investigative Reporters & Editors* (IRE). Khadija Ismayilova, após ser condenada a sete anos de prisão em decorrência de sua investigação, teve suas denúncias seguidas pelo *Khadija Project*, coordenado pela ICIJ e OCCRP.

Sendo assim, embora no Jornalismo Investigativo o antigo subterfúgio necessário no processo de produção seja inevitável e insolucionável através de tecnologias contemporâneas, os meios de comunicação atuais provam que os profissionais do campo otimizam suas técnicas de produção ao efetuá-las conjuntamente, evitando o silenciamento de suas publicações. Novas metodologias de produzir Jornalismo Investigativo surgem próximos às inovações em ferramentas técnicas, mesmo que sempre seja necessário que os profissionais do campo se adaptem a seu uso e compreendam o seu potencial.

Nesse sentido, ao adaptar as práticas de produção jornalística à sociedade em rede, por meio do uso das tecnologias, o jornalista deve abandonar expectativas quanto a veicular seu posicionamento, aproximando-se da idealização da objetividade do jornalismo. No século XIX, a definição de Jornalismo, sobretudo Investigativo, ainda não era elaborada, pois o campo ainda se encontrava em sua gênese, e isso levava os profissionais, inicialmente ativistas, em busca de propagar seus ideais através de forma declaradamente parcial nos veículos de comunicação, que ainda viam seu crescimento inicial (SCHIFFRIN, 2014, p. 6). Atualmente, para os jornalistas realizarem produções de grande impacto a nível mundial, é necessário que se organizem não como agentes em prol de seu único interesse, como no início do Jornalismo Investigativo, quando era proposto veicular informações vinculadas a posicionamentos de um grupo no qual o jornalista estivesse inserido, mas como parte de uma colaboração de muitos profissionais visando um objetivo maior - o interesse público.

Ao longo do tempo, através de subsequentes eliminações de intempéries inerentes ao campo, através dessas alterações nele, o Jornalismo Investigativo pode reduzir o alto risco implicado à sua produção e tornar-se menos subscrito, na medida em que os processos de produção, além de facilitar sua produção, envolvam mais profissionais no ramo. Schiffrin (2014, p. 8) explica que “Muitos escritores sonhavam com um mundo onde veículos

mediáticos seriam [...] independentes e capazes de manter investigações sem ajuda. Na verdade, o Jornalismo Investigativo é comumente subscrito por fundações e filantropos. Assim também no passado.”

## Referências bibliográficas

DOS SANTOS JUNIOR, Timoteo Batista; ARAÚJO, Marcelo Marques. Jornalismo investigativo: interface lógica, discursiva e comunicacional com software de tratamento de dados jornalísticos. Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, III Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo Universidade Anhembi-Morumbi, 23 a 25 de junho de 2016.

ALVES MELO, Seane. Da grande reportagem ao escândalo político: os percursos do jornalismo investigativo no Brasil. Revista Científica de Comunicação Social da FIAM-FAAM, 2016.

DIAS, Anelise; GEHRKE, Marília. Jornalismo investigativo e transparência pública: o caso GDI. São Paulo, Anais do IV Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, 2017.

BOGONI, Fabricia; KRAMER, Luciana. O Uso de Reportagem com Auxílio de Computador (RAC) por Jornalistas Investigativos: Um Estudo de Casos Múltiplos. São Paulo, II Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, Universidade Anhembi-Morumbi, 2015.

SHARMA, Jayeeta. 2011. Empire's Garden: Assam and the making of India. Radical Perspectives: a radical history review book series, New York University, 2011.

SCHIFFRIN, Anya. Global Muckraking: 100 Years of Investigative Journalism from Around the World. New York, London, The New Press, p 1-32 2014.

FREITAS, Carla Miranda. A colaboração no jornalismo: do Arizona Project aos Panama Papers". PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, 2017.

NORONHA, Mariana Galvão; ROCHA, Paula Melani. A reportagem investigativa e suas especificidades: O processo de produção pela perspectiva dos (das) jornalistas. Pauta Geral, v. 5, n. 1, p. 135-151, 2018.

DE AGUIAR, Leonel Azevedo; RODRIGUES, Claudia. "Precisão e credibilidade: agências independentes de jornalismo e o uso do big data". Esferas, n. 14, p. 109-120, 2019.

CHARBONNEAUX, Juliette; GKOUSKOU-GIANNAKOU, Pergia. "O jornalismo de "dados", uma prática de investigação? Um olhar sobre os casos alemão e grego". Brasília, Brazilian Journalism Research, v. 11, n.02, p. 244-267, 2015.

CASTELLS, Manuel. "Sociedade em Rede". São Paulo: Paz e Terra, A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1, p 469-476, 1999.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. “Jornalismo Investigativo, novos desafios”. Comunicação e Inovação, v. 5, n. 9, 2004.

FREITAS, Carla Miranda B. de. “A colaboração no Jornalismo: do Arizona Project aos Panama Papers”. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, 2016.

PAVLIK, John; BRASIL, Antonio. Big Data, Código Computacional e Arquivos de Notícias Televisivas: implicações dos avanços nos métodos de investigação audiovisual para a qualidade do jornalismo. Parágrafo, v. 4, n. 2, p. 30-53, 2016.

CHARBONNEAUX, Juliette; GKOUSKOU-GIANNAKOU, Pergia. O Jornalismo de "Dados", uma prática de investigação?. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), 2015.